

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

RAQUEL MOURA MAFRA

**ESCOLHA CONTÁBIL NA CLASSIFICAÇÃO DOS JUROS PAGOS NA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DE EMPRESAS
LISTADAS NA BM&FBOVESPA NO PERÍODO DE 2010 A 2015**

**FLORIANÓPOLIS
2016**

RAQUEL MOURA MAFRA

**ESCOLHA CONTÁBIL NA CLASSIFICAÇÃO DOS JUROS PAGOS NA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DE EMPRESAS
LISTADAS NA BM&FBOVESPA NO PERÍODO DE 2010 A 2015**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Dra. Suliani Rover.

**FLORIANÓPOLIS
2016**

RAQUEL MOURA MAFRA

**ESCOLHA CONTÁBIL NA CLASSIFICAÇÃO DOS JUROS PAGOS NA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DE EMPRESAS
LISTADAS NA BM&FBOVESPA NO PERÍODO DE 2010 A 2015**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

**Prof.^a Dr.^a Suliani Rover
Orientadora**

Professores que compuseram a banca:

Prof.^a Dr.^a

Prof. Dr.

**FLORIANÓPOLIS
2016**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me capacitar em toda trajetória, fortalecendo decisões e manifestando seu amor através de pessoas que me ampararam no decorrer deste trabalho.

Agradeço aos meus pais, em especial, a minha mãe, Ruth Fernandes Moura Mafra, por sempre estar ao meu lado nos momentos difíceis, por todo amor, carinho e paciência durante toda minha caminhada.

A minhas irmãs Sara e Ana Luiza, pela união e força ao longo da vida.

A professora Dr^a Suliani Rover, pela orientação nesta pesquisa, por todo incentivo nesse semestre, por compartilhar sugestões e apoio incondicional, pela confiança e carinho.

Aos professores que tive durante a graduação, pela partilha de conhecimentos e ensinamentos.

E por último e não menos importante, as amizades que conquistei durante esses cinco anos, por proporcionarem momentos inesquecíveis.

RESUMO

MAFRA, Raquel Moura. **Escolha contábil na classificação dos juros pagos na Demonstração dos Fluxos de Caixa de empresas listadas na BM&FBovespa no período de 2010 a 2015**. 2016. 40p. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis - SC.

Este estudo teve como objetivo geral verificar as associações entre a escolha contábil na classificação dos juros pagos na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e as características das empresas listadas na BM&FBovespa nos anos de 2010 a 2015. As informações geradas pela DFC de uma determinada entidade são úteis para auxiliar o usuário da informação contábil a avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa. Partindo da premissa de que o caixa é essencial às entidades para dar continuidade às suas operações, o resultado apresentado na DFC influencia diretamente o usuário das informações contábeis em sua percepção da entidade. A pesquisa se classifica como descritiva, com abordagem metodológica qualitativa-quantitativa. A amostra da pesquisa é constituída pelas empresas pertencentes aos subsetores de Energia Elétrica (60 empresas), Transporte (39), Tecidos, Vestuário e Calçados (23), Comércio (18), Construção Civil (18), Construção e Engenharia (16) e Alimentos Processados (15), totalizando 189 empresas analisadas. Para verificar a associação da escolha contábil dos juros pagos e as características das empresas utiliza-se da Análise de Correspondência (ANACOR). Os resultados indicam que há conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) (2010) referente à recomendação que os juros pagos sejam classificados como fluxo de caixa operacional. A escolha dos juros pagos classificados como operacional expressou maior notabilidade com uma média de 40,65% ao longo dos anos analisados, contra 26,19% como financiamento, no entanto, destaca-se que nos subsetores de Transporte e Comércio a escolha dos juros pagos como financiamento teve maior representatividade, com respectivamente, 37,61% e 41,67%. Na análise estatística, apresentada pela ANACOR, observou-se que as variáveis de características empresariais, como governança corporativa, auditoria, rentabilidade do ativo, tamanho e endividamento, apresentaram associações relevantes com a classificação dos juros pagos.

Palavras-chave: Juros Pagos. Escolhas Contábeis. DFC.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação dos recursos financeiros na DFC segundo o CPC 03 (R2)	20
Quadro 2 – Síntese das variáveis utilizadas na pesquisa	25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Amostra da Pesquisa.....	24
Tabela 2 – Escolha Contábil na Classificação dos Juros Pagos	27
Tabela 3 – Classificação dos Juros Pagos por Subsetor	Erro! Indicador não definido.
Tabela 4 – Classificação dos Juros Pagos por Tamanho	30
Tabela 5 – Classificação dos Juros Pagos por segmento de Governança Corporativa.....	31
Tabela 6 – Classificação dos Juros Pagos em relação à Auditoria.....	32
Tabela 7 – Classificação dos Juros Pagos em relação à Rentabilidade.....	33
Tabela 8 – Classificação dos Juros Pagos em relação ao Endividamento.....	34

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto.....	18
Figura 2 – Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método indireto.....	19
Figura 3 – Associação entre escolha contábil dos juros pagos e características das empresas	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANNEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo.

CPC – Comitê Pronunciamentos Contábeis

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

EY – Ernst & Young

NYSE – Bolsa de Valores de New York

PWC – PricewaterhouseCoopers

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1.2 TEMA E PROBLEMA	13
1.3 OBJETIVOS	13
1.3.1 Objetivo Geral	13
1.3.1 Objetivos Específicos	13
1.2 JUSTIFICATIVA	14
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS	16
2.2 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)	17
2.3 ESCOLHAS CONTÁBEIS DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)	20
2.4 PESQUISAS SIMILARES	21
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	23
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	23
3.2 AMOSTRA E COLETA DE DADOS	24
3.3 VARIÁVEIS E TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	27
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS JUROS PAGOS	27
4.2 ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA (ANACOR)	33
5 CONCLUSÕES	37
REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A escolha contábil tem assumido maior representatividade no desenvolvimento e evolução na divulgação de informações contábeis, sendo a mesma, qualquer decisão cujo objetivo seja influenciar o resultado final da contabilidade. A informação contábil tem como consequência a ratificação ou alteração da opinião de seus usuários a respeito das atividades da empresa (YAMAMOTO; SALOTTI, 2006).

No Brasil, o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) (CPC, 2010), que trata da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 7 (IASB –2010), ampliou a possibilidade de escolha contábil. O item 33 do CPC 03 (R2) revela que os juros pagos e recebidos e os dividendos e os juros sobre o capital próprio recebidos são habitualmente classificados como fluxos de caixa operacionais, porque eles entram na determinação do lucro líquido ou prejuízo. No entanto, os juros pagos e os juros, os dividendos e os juros sobre o capital próprio recebidos podem ser classificados, respectivamente, como fluxos de caixa de financiamento e fluxos de caixa de investimento, porque são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos.

Conforme Santos (2011), a DFC permite aos investidores, credores e outros usuários da informação contábil avaliar a capacidade da companhia em gerar fluxos de caixa positivos para atender suas obrigações financeiras e pagar dividendos, bem como, sua necessidade de financiamento externo.

No Brasil, a Lei n.º 11.638/2007, que dispõe sobre a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, trouxe a obrigatoriedade da elaboração e apresentação da DFC para empresas e instituições financeiras de capital aberto (BRASIL, 2007). A DFC pode ser publicada pelo método direto e indireto, segregando a DFC das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos (CPC, 2010).

Juntamente com as demais demonstrações financeiras, a DFC permite que mais informações a respeito da capacidade da empresa de gerar caixa e equivalentes de caixa estejam mais transparentes e disponíveis para avaliação (GOES; SALOTTI, 2011).

Pinto et al. (2015), em estudo que analisou o nível de comparabilidade das escolhas brasileiras na evidenciação da DFC, observaram que as empresas mais rentáveis, com maiores níveis de endividamento e com fluxos de caixa operacionais negativos fazem escolhas que aumentem os fluxos das atividades operacionais.

1.2 TEMA E PROBLEMA

As informações geradas pela DFC de uma determinada entidade são úteis para auxiliar o usuário da informação contábil a avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa. Partindo da premissa de que o caixa é essencial às entidades para dar continuidade as suas operações, o resultado apresentado na DFC influencia diretamente o usuário das demonstrações contábeis em sua percepção da entidade.

O CPC 03 (R2) expõe que a DFC deve apresentar os fluxos de caixa do período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento de modo que seja mais condigna e oportuna aos seus negócios (CPC, 2010).

Em estudo referente às possíveis classificações contábeis na DFC, Konraht et al. (2016) constataram que os juros pagos apresentaram maior frequência de divulgação e possibilidade de discricionariedade de classificação, além de indicarem que a variável tamanho influenciou a escolha da classificação dos juros pagos nos anos de 2012 a 2014.

Em decorrência da importância exposta sobre o fluxo de caixa e a representatividade dos juros pagos em sua classificação no que refere à informação contábil, tem a seguinte questão de pesquisa: **Qual a associação entre a escolha contábil na classificação dos juros pagos na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e as características das empresas listadas na BM&FBOVESPA?** Deste modo, este estudo tem como tema a escolha das empresas na classificação dos juros pagos na DFC.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é verificar associações entre a escolha contábil na classificação dos juros pagos na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e as características das empresas listadas na BM&FBOVESPA nos anos de 2010 a 2015.

1.3.1 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral, fez-se necessário definir os seguintes objetivos específicos:

- a) analisar a escolha contábil na classificação dos juros pagos na DFC de empresas listadas na BM&FBOVESPA nos anos de 2010 a 2015;
- b) identificar na literatura quais são as características empresariais que podem influenciar na escolha contábil dos juros pagos na DFC; e
- c) averiguar quais características empresariais estão associadas a escolha contábil na classificação dos juros pagos na DFC, por meio da Análise de Correspondência (ANACOR).

1.2 JUSTIFICATIVA

As empresas em suas DFCs apresentam informações consideráveis à interpretação do usuário da informação contábil. A designação dos juros pagos no fluxo de caixa operacional ou no financiamento acarreta influência significativa para o uso da informação proporcionada ao usuário.

Silva et al. (2014) investigaram quais foram as escolhas contábeis das empresas brasileiras na evidenciação da DFC e quais fatores podem explicar tais escolhas. Como resultado, os autores relataram que a maioria das empresas, no ano de 2010, classificava os juros pagos como fluxo de caixa de financiamento.

Em contrapartida, Scherer et al. (2012) observaram predomínio na classificação dos juros pagos como fluxo de caixa das atividades operacionais. Do mesmo modo, Konraht et al. (2016) analisaram a classificação dos itens da DFC durante os anos de 2010 a 2014, e em relação à escolha de classificação entre os fluxos das atividades operacional ou financiamento aproximadamente dois terços das empresas classifica o item como atividade operacional.

Classificações diferentes interferem na comparabilidade das informações contábeis, de forma que o usuário, se não estiver atento às escolhas contábeis, pode tomar decisões embasadas em relatórios mal interpretados.

Souza et al. (2015), em estudo de caso sobre reclassificar ou não reclassificar os recursos financeiros expostos e orientados no CPC 03 (R2), revelam que a classificação dos juros pagos como operacional, em casos de empresas com grandes empréstimos que manifestam elevados índices de juros pagos, pode resultar em um fluxo de caixa operacional negativo. A apresentação de um fluxo de caixa operacional negativo é desfavorável para a empresa na interpretação do usuário da informação contábil, posto que este representa a capacidade de criação de caixa da empresa por meio de suas operações.

Nesta perspectiva, Kieso et al. (2015) explicam que empresas que apresentam o fluxo de caixa operacional negativo por um longo período de tempo, mesmo apresentando lucro,

correm alto risco de falência, uma vez que não apresentam fluxo de caixa operacional para cumprir com suas obrigações.

Pretende-se analisar a conduta das empresas em relação à escolha da classificação dos juros pagos na DFC, expandindo a amostra das pesquisas anteriores e o período analisado. A amostra é composta pelas empresas de sete subsetores listados na BM&FBOVESPA que tenham mais de 15 empresas e o período analisado compreende os anos de 2010 a 2015.

Portanto, a pesquisa tem como justificativa aprofundar o estudo deste tema, verificar a escolha contábil da classificação dos juros pagos nas DFC e indicar associações dessas escolhas com características das empresas investigadas.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos, nos quais são abordados: Introdução, Fundamentação Teórica, Metodologia da Pesquisa, Análise da pesquisa e Conclusões.

No primeiro capítulo é abordada a introdução do trabalho, definindo-se tema e problema, objetivos gerais e específicos, justificativa e sua organização.

No segundo capítulo é apresentada a fundamentação teórica, dividida em: convergências das normas contábeis, Demonstração do Fluxo de Caixa, escolha contábeis da Demonstração do Fluxo de Caixa e pesquisas similares.

O terceiro capítulo trata da metodologia do estudo e apresenta a classificação da pesquisa, amostra e coleta de dados e técnica de análise de dados.

No quarto capítulo é realizado a análise e discussão dos resultados, sendo dividida pelos seguintes tópicos: análise descritiva dos juros pagos e Análise de Correspondência (ANACOR).

No quinto capítulo tem-se a conclusão do estudo, relatando se os objetivos foram alcançados e indicando propostas para pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS

A atualização na Lei das Sociedades por Ações, por meio da Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007, promulgou a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), obrigatória pela Lei n.º 6.404/1976 (Art. 176), pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). De acordo com Almeida e Braga (2008), a substituição pela DFC é introduzida com a finalidade de facilitar o entendimento da posição financeira da empresa, e também, objetivando a convergência aos pronunciamentos internacionais de contabilidade – IAS 7 e SFAS 95.

Santos (2011) esclarece que a permutação da DOAR pela DFC decorreu da dificuldade entendimento dos usuários da informação contábil em geral, devido a sua linguagem extremamente técnica e sua limitação em informar claramente o gerenciamento dos recursos financeiros da empresa.

Conforme Martins et al. (2013), a DFC, anteriormente a promulgação da Lei n.º 11.638/2007, era obrigatória no Brasil em dois casos específicos, em empresas de energia elétrica (por exigência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANNEL) e empresas participantes do Novo Mercado (por exigência da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA).

Consoante a Lei n.º 11.638/2007, no Art. 188, a DFC apresenta as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, três fluxos: a) das operações; b) dos financiamentos; e c) dos investimentos (BRASIL, 2007).

Para Iudícibus et al. (2007) a DOAR tem por propósito evidenciar de forma ordenada e condensada as informações relativas às operações de investimento e financiamento de uma empresa, em determinado período, bem como alterações na posição financeira da empresa. Em contrapartida, conforme Martins et al. (2013), a DFC dispõe como propósito prover informações relevantes sobre pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período, permitindo os usuários das demonstrações contábeis na análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalente de caixa, bem como suas necessidades e disponibilidades de utilizar esses fluxos de caixa.

Padoveze (1997) descreve a diferença entre DOAR e DFC, esclarecendo que a primeira é elaborada com base no conceito de capital circulante líquido, dentro do regime de competência, enquanto, a DFC é fundamentada no conceito de disponibilidade imediata, dentro do regime de caixa, tratando-se de recebimentos e pagamentos.

Assim, pode-se dizer que a substituição foi motivada pela facilidade de compreensão do demonstrativo dos fluxos de caixa por diversos usuários da informação contábil e com o intuito de possibilitar que empresas brasileiras pudessem adentrar no mercado internacional.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

O caixa é um dispositivo fundamental para tomada de decisões financeiras, pois representa a disponibilidade direta de recursos financeiros. Assim, fluxo de caixa é uma ferramenta que controla a movimentação financeira (entradas e saídas de recursos financeiros), em um período determinado, de uma empresa (SILVA, 2014).

A DFC indica a origem de todo o dinheiro que entrou no caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do caixa em determinado período, e, ainda, o resultado do fluxo financeiro (MARION, 2012).

Santos (2005) indica que a DFC é um demonstrativo financeiro que evidencia a variação líquida do saldo contábil do caixa e equivalente ao caixa, em determinado período, detalhando os recebimentos e pagamentos que causaram essa variação.

Griffin (2012) relata que a DFC é a única demonstração financeira que apresenta um resumo do fluxo de entrada e do fluxo de saída durante o período contábil, sendo respectivamente os recebimentos e os pagamentos realizados. A DFC é uma demonstração contábil que tem como objetivo evidenciar as transações ocorridas em determinado período e que provocaram modificações no saldo da conta Caixa (RIBEIRO, 2005).

Martins et al. (2013) defende que a finalidade da DFC é possibilitar aos usuários da informação contábil avaliarem:

a capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa; honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos; a liquidez, a solvência e a flexibilidade financeira da empresa; a taxa de conversão de lucro em caixa; a performance operacional de diferentes empresas, por eliminar os efeitos de distintos tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos; o grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa; os efeitos, sobre a posição financeira da empresa, das transações de investimento e de financiamento etc. (MARTINS et al., 2013, p. 651-652).

Lagioia (2013) define que: (i) as atividades operacionais expõem às principais atividades geradoras de receita da entidade, compreendendo pagamentos e recebimentos que estão relacionados à geração do lucro operacional da entidade; (ii) as atividades de investimentos referem-se à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos; e (iii) as atividades de financiamento resultam de pagamentos e/ou recebimentos vinculados a passivos de longo prazo e ao patrimônio líquido.

Martins et al. (2013) esclarece que a DFC pode ser elaborada, alternativamente, pelo método direto e indireto. O método direto expressa as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, já o indireto realiza a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações.

Com base no CPC 03 (R2) (2010), apresenta-se a Figura 1 que ilustra a DFC pelo método direto.

Figura 1 – Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto (Item 18a)		20X2
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	30.150	
Pagamentos a fornecedores e empregados	(27.600)	
Caixa gerado pelas operações	<u>2.550</u>	
Juros pagos	(270)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(800)	
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	<u>(100)</u>	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		\$ 1.380
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição da controlada X, líquido do caixa obtido na aquisição (Nota A)	(550)	
Compra de ativo imobilizado (Nota B)	(350)	
Recebimento pela venda de equipamento	20	
Juros recebidos	200	
Dividendos recebidos	200	
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		\$ (480)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento pela emissão de ações	250	
Recebimento por empréstimo a longo prazo	250	
Pagamento de passivo por arrendamento	(90)	
Dividendos pagos ^(*)	(1.200)	
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		\$ (790)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		\$ 110
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota C)		\$ 120
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota C)		\$ 230

^(*) Esse valor também poderia ser apresentado no fluxo de caixa das atividades operacionais.

Fonte: CPC 03 (R2) (2010).

Martins (2013) descreve a DFC pelo método direto como fluxo de caixa no sentido restrito, sendo o verdadeiro fluxo de caixa, pois nele são demonstrados todos os recebimentos e pagamentos que efetivamente concorreram para a variação das disponibilidades do período.

O CPC 03 (R2) (2010) orienta que no uso do método direto para apurar o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais demanda na exposição da conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido, devendo demonstrar, por categorias, os principais itens a serem conciliados, à semelhança do que deve fazer a entidade que uso o método indireto em relação aos ajustes ao lucro líquido ou prejuízo para apurar o fluxo de caixa das atividades operacionais.

A Figura 2 mostra o modelo do CPC 03 (R2) (2010) da DFC elaborada pelo método indireto.

Figura 2 – Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método indireto

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto (Item 18b)		20X2
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do IR e CSLL	3.350	
Ajustes por:		
Depreciação	450	
Perda cambial	40	
Resultado de equivalência patrimonial	(500)	
Despesas de juros	400	
	<u>3.740</u>	
Aumento nas contas a receber de clientes e outros	(500)	
Diminuição nos estoques	1.050	
Diminuição nas contas a pagar – fornecedores	(1.740)	
Caixa gerado pelas operações	<u>2.550</u>	
Juros pagos	(270)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(800)	
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	(100)	
	<u>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</u>	<u>\$ 1.380</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição da controlada X, líquido do caixa obtido na aquisição (Nota A)	(550)	
Compra de ativo imobilizado (Nota B)	(350)	
Recebimento pela venda de equipamento	20	
Juros recebidos	200	
Dividendos recebidos	200	
	<u>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</u>	<u>\$ (480)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento pela emissão de ações	250	
Recebimento por empréstimos a longo prazo	250	
Pagamento de passivo por arrendamento	(90)	
Dividendos pagos ^(*)	(1.200)	
	<u>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</u>	<u>\$ (790)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		\$ 110
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota C)		<u>\$ 120</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota C)		<u><u>\$ 230</u></u>

^(*) Esse valor também poderia ser apresentado no fluxo de caixa das atividades operacionais.

Fonte: CPC 03 (R2) (2010).

Santos (2011, p. 37) exprime que “o formato padrão da DFC pelo método indireto apresentada uma única diferença em relação ao direto: a apresentação do caixa das atividades operacionais”. O autor explica que pelo método direto os recebimentos e pagamentos do caixa das atividades operacionais são apresentados individualmente, enquanto que pelo método indireto os mesmos são apresentados pelo lucro/prejuízo líquido ajustado.

A IFRS Brasil (2012) menciona as vantagens e desvantagens dos métodos de apresentação da DFC. O método direto releva mais claramente a habilidade das empresas de gerar caixa suficiente para arcar com obrigações, por apresentar um formato mais simples facilitando o entendimento, no entanto, muitas empresas possuem dificuldade no acesso das informações necessárias para a realização do método direto. Já o método indireto distingue o lucro do caixa líquido procedente das operações, fornece uma ligação entre os fluxos de caixa, demonstração de resultado abrangente e demonstração da posição financeira, em contrapartida, sua apresentação é complexa.

2.3 ESCOLHAS CONTÁBEIS DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

Segundo Yamamoto e Salotti (2006, p. 6) a escolha da informação contábil “relaciona-se aos objetivos da contabilidade de mensurar o conjunto de eventos econômicos e comunicar os resultados das entidades às partes interessadas”. Fields et al. (2001) esclarecem que a escolha contábil refere-se a qualquer decisão que manifeste o objetivo de influenciar o resultado demonstrado pela contabilidade.

O CPC 03 (R2) expõe que a DFC, tanto pelo método direto como indireto, deve apresentar os fluxos de caixa do período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento de modo que seja mais condigna e oportuna aos seus negócios (CPC, 2010). Em sequência os recursos financeiros podem ser classificados consoantes ao Quadro 1.

Quadro 1– Classificação dos recursos financeiros na DFC segundo o CPC 03 (R2)

Fluxos de caixa de atividades:	Operacional	Investimento	Financiamento
Juros pagos	X	-	X
Juros, dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	X	X	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	X	-	X
IR e CSSL	X	X	X

Fonte: elaborado pela autora com base no CPC 03 (R2) (2010).

O CPC 03 (R2) (CPC, 2010) recomenda que os juros pagos apresentem comumente sua classificação como fluxo de caixa operacional em instituições financeiras. Todavia, em demais entidades os juros pagos podem ser classificados como fluxos de caixa de financiamento considerando-se que são custos de obtenção de recursos financeiros.

De acordo com Kieso et al. (2015), atividades operacionais envolvem as transações que entram na determinação de lucro líquido, como recebimentos de caixa, vendas de bens e serviços, pagamentos de fornecedores e empregados, como também, aquisições de estoques e despesas gerais. Já as atividades de financiamento envolvem itens do passivo e do capital próprio que apresentem alterações na estrutura do capital, como obtenção e o pagamento de recursos financeiros, empréstimos ou financiamentos.

2.4 PESQUISAS SIMILARES

Estudos realizados anteriormente (SALOTTI; YAMAMOTO, 2008; GOES; SALOTTI, 2011; SCHERER et al., 2012; PINTO et al., 2015; KONRAHT et al., 2016), relacionados à DFC foram utilizados como fundamento teórico, fornecendo embasamento para esta pesquisa. Salotti e Yamamoto (2008) avaliaram os motivos da divulgação voluntária da DFC no mercado de capitais brasileiro. Elaboram cinco hipóteses relacionando a divulgação voluntária da DFC a outras variáveis, analisando as companhias abertas com ações listadas na BM&FBovespa que divulgaram voluntariamente a DFC no período compreendido de 2000 a 2004. Constataram que a divulgação voluntária da DFC tem alta correlação positiva com a divulgação passada da DFC.

Goes e Salotti (2011) observaram o tratamento dado pelo CPC 03 para os fluxos de caixa de juros e dividendos e juros sobre capital próprio, objetivando avaliar como o esse assunto em específico foi adotado pelas treze maiores instituições financeiras do mercado brasileiro no exercício social de 2009. Os resultados demonstraram que, para os fluxos de dividendos pagos e recebidos, houve proporcionalidade entre suas classificações e todas tiveram seus valores publicados de forma individualizada como sugerido pela norma, mas o mesmo não ocorreu com os fluxos de juros pagos e recebidos, apresentando assim diferenças na apresentação de tais fluxos.

Schereret al. (2012) analisaram na DFC as diferenças de procedimentos de divulgação entre empresas listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Frankfurt, Milão e Londres no ano de 2009. Os resultados indicaram que o método indireto de apresentação da DFC e a classificação de dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento são

adotados pela maioria das empresas analisadas. O estudo constatou igualdade do valor de caixa e equivalentes de caixa na DFC e no balanço patrimonial e a classificação de juros pagos e recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais são procedimentos predominantes, especialmente para as empresas listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Frankfurt e Milão.

Pinto et al. (2015) compararam as escolhas contábeis na evidência dos fluxos de caixa na DFC. Analisaram as escolhas contábeis relacionadas à evidência dos seguintes itens da DFC: juros pagos, juros recebidos, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, dividendos e juros sobre capital próprio recebidos e pagos. A amostra abrangeu 56 empresas pertencentes ao Ibovespa, no período de 2010 a 2014. Os resultados evidenciaram indícios de que as empresas mais rentáveis, com maiores níveis de endividamento e fluxos de caixa operacional negativos fazem escolhas que aumentam os fluxos das atividades operacionais.

Konraht et al. (2016), buscaram identificar as características da classificação dos itens da DFC, como também, identificar fatores explicativos para a escolha contábil da classificação dos juros pagos entre fluxo de caixa operacional e financiamento. A amostra foi constituída pelos subsetores da BM&FBovespa que continham mais de 30 empresas, ou seja, pelos subsetores de Energia Elétrica, Construção Civil e Transporte. O período analisado correspondeu aos anos de 2010 a 2014. Os resultados indicaram que somente os dividendos e juros sobre capital próprio apresentaram classificação relativamente uniforme pelas empresas, classificados como fluxo de caixa de atividade de financiamento. Das variáveis apresentadas, apenas a variável tamanho apresentou relação à escolha da classificação dos juros pagos nos anos de 2012 a 2014.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Essa pesquisa classifica-se como descritiva, pois procura descrever a escolha contábil na classificação dos juros pagos na DFC e propõe averiguar quais variáveis estão associadas com a escolha contábil dos juros pagos. Para Gray (2014, p. 180) “as pesquisas de levantamento descritivas costumam ser feitas para verificar atitudes, valores e opiniões”. Gray (2014) esclarece que as pesquisas com abordagem descritivas propõem-se avaliar as características de uma estipulada população, em um determinado momento ou comparativamente, no decorrer do tempo, direcionada no que ocorreu. As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008).

No tocante à abordagem metodológica pode-se afirmar que a pesquisa é qualitativa-quantitativa. Qualitativa, pois utiliza-se da análise do conteúdo para coletar as informações a respeito da classificação dos juros pagos. Também se classifica como quantitativa, uma vez que busca apresentar a associação da escolha contábil de classificação dos juros pagos e as características das empresas por meio da Análise de Correspondência (ANACOR).

Gibbs (2011) fundamenta que a análise qualitativa envolve discernimento dos tipos de dados que podem ser examinados e como podem ser descritos, como também, desenvolver uma série de procedimentos adequados aos tipos de dados e a quantidade que devem ser examinadas. Para Gibbs (2011, p. 21) “na pesquisa qualitativa, há uma forte ênfase na exploração da natureza de um determinado fenômeno”.

Wickert (2006, p. 92) “a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados”. Para Richardson (1999) a aplicação quantitativa intenciona garantir a precisão de resultados, proporcionando uma margem de segurança quanto às conclusões.

A coleta dos dados foi realizada mediante dados secundários, segundo Loesch (2012) são dados publicados ou informados através de outro pesquisador ou outra organização. Essa pesquisa exprime caráter documental buscando material a partir de Demonstrações Financeiras Padronizadas e Notas Explicativas.

3.2 AMOSTRA E COLETA DE DADOS

A amostra da pesquisa é constituída pelas empresas integrantes da BM&FBovespa que dispõem mais de 15empresas qualificadas no subsetor. Desse modo, compõem a amostra 189 empresas, pertencentes aos subsetores de: Energia Elétrica; Transporte; Tecidos, Vestuário e Calçados; Comércio; Construção Civil; Construção e Engenharia; e, Alimentos Processados, conforme apresenta a Tabela 1.

Tabela 1 – Amostra da Pesquisa

Subsetor	Número de Empresas	Percentual de Empresas por Subsetor
Energia Elétrica	60	31,75%
Transporte	39	20,63%
Tecidos, Vestuário e Calçados	23	12,17%
Comércio	18	9,52%
Construção Civil	18	9,52%
Construção e Engenharia	16	8,47%
Alimentos Processados	15	7,94%
Total	189	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

O instrumento da coleta de dados foi a análise de conteúdo. Observaram-se as informações apresentadas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas e nas Notas Explicativas referentes aos exercícios de 2010 a 2015, disponíveis no sítio eletrônico da BM&FBovespa. A coleta ocorreu no período de agosto a outubro de 2016.

3.3 VARIÁVEIS E TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

O Quadro 2 exhibe as variáveis utilizadas no presente estudo representativas de características empresariais, seu critério de mensuração, a fonte utilizada e a categorização realizada.

Quadro 2 – Síntese das variáveis utilizadas na pesquisa

Variável	Critério de mensuração	Fonte	Categorização
Ano	Variáveis Categóricas	BM&FBovespa	1 – 2010 2 – 2011 3 – 2012 4 – 2013 5 – 2014 6 – 2015
Subsetor	Variáveis Categóricas	BM&FBovespa	1 – Energia Elétrica 2 – Transporte 3 – Construção e Engenharia 4 – Tecidos, Vestuário e 5 – Alimentos Processados 6 – Comércio 7 – Construção Civil
Auditoria	Variáveis Categóricas	Demonstrações Contábeis	1 – EY 2 – KPMG 3 – PWC 4 – DELOITTE 5 – Outras
Tamanho	Logaritmo natural do Ativo Total	Economática®	1 – Grande 2 – Médio 3 – Pequeno
Rentabilidade	Lucro Líquido do Exercício dividido pelo Ativo Total	Economática®	1 – Alta 2 – Média 3 – Baixa
Endividamento	Capital de Terceiros dividido pelo Passivo Total	Economática®	1 – Alto 2 – Médio 3 – Baixo
Governança Corporativa	Variáveis Categóricas	BM&FBovespa	1 – Nível 1 2 – Nível 2 3 – Novo Mercado

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Explica-se que o tratamento da auditoria na presente pesquisa designou-se na apresentação das empresas de auditoria classificadas como *big four* (EY, KPMG, PWC e Deloitte) e outras para as demais empresas de auditoria não pertencentes ao grupo *big four*.

Salienta-se que os anos estudados, período de 2010 a 2015, foram inseridos na ANACOR com o intuito de examinar o cumprimento do CPC 03 (R2) e da Lei n.º 11.638/2007 ao longo dos anos pelas empresas, e a associação desses anos com a escolha contábil de classificação dos juros pagos.

As variáveis Tamanho, Rentabilidade e Endividamento foram coletadas no Economática e sua operacionalização para categorias qualitativas ocorreu por meio de tercil, ou seja, divisão de cada variável em três grupos.

Já as variáveis referentes a Subsetor e Governança Corporativa foram obtidas no site da BM&FBovespa.

A técnica de Análise de Correspondência (ANACOR) foi escolhida para averiguar quais características empresariais estão associadas à escolha contábil na classificação dos juros pagos na DFC.

Fávero et al. (2009, p. 272) relatam que a ANACOR “é uma técnica que exhibe as associações entre um conjunto de variáveis categóricas não métricas em um mapa perceptual, permitindo, desta maneira, um exame visual de qualquer padrão ou estrutura de dados”. Os autores complementam que o método consiste em dois estágios, pertinente ao cálculo da medida de associação e à criação do mapa percentual.

A ANACOR utiliza o teste Qui-quadrado (χ^2) para padronizar os valores das frequências e formar a base para as associações. A partir de uma tabela de contingência, calculam-se as frequências esperadas e o valor do χ^2 para cada célula, considerando-se as diferenças entre as frequências observadas e as esperadas. Assim, com as medidas padronizadas da associação, a ANACOR gera uma medida em distância e cria projeções ortogonais sobre as quais as categorias podem ser alocadas, de forma a representar o grau de associação dado pelas distâncias χ^2 em um espaço dimensional (FÁVERO et al., 2009, p.273).

Pestana et al. (2000) esclarecem que o método de ANACOR é utilizado mediante o interesse de conhecer as diferenças ou semelhanças entre duas variáveis. Desse modo, aplicou-se ANACOR, individualmente, em todas variáveis utilizadas na pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esse tópico tem o intuito de expor os dados coletados e analisados em informações que proporcionem a compreensão adequada da pesquisa, com o desígnio de alcançar os objetivos propostos e responder a questão proposta. Por meio de tabelas e mapas perceptuais da ANACOR, busca-se apresentar quais características empresariais estão associadas à escolha contábil na classificação dos juros pagos.

A pesquisa é composta por 189 empresas, integrantes da BM&FBovespa, cujas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas foram analisadas entre os anos de 2010 a 2015.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS JUROS PAGOS

As empresas foram analisadas primeiramente quanto à escolha da classificação dos juros pagos na DFC. A Tabela 2 apresenta as escolhas realizadas pelas empresas para classificação dos juros pagos entre atividades operacionais e de financiamento na DFC.

Tabela 2– Escolha Contábil na Classificação dos Juros Pagos

Classificação/Ano	2010		2011		2012		2013		2014		2015		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Operacional	67	35,45%	75	39,68%	75	39,68%	79	41,80%	83	43,92%	82	43,39%	461	40,65%
Financiamento	36	19,05%	40	21,16%	51	26,98%	54	28,57%	55	29,10%	61	32,28%	297	26,19%
Não evidencia	75	39,68%	63	33,33%	56	29,63%	53	28,04%	49	25,93%	43	22,75%	339	29,89%
Sem dados	11	5,82%	11	5,82%	7	3,70%	3	1,59%	2	1,06%	3	1,59%	37	3,26%
Total Empresas	189	100,00%	189	100,00%	189	100,00%	189	100,00%	189	100,00%	189	100,00%	1134	100,00%

Nota: Não evidencia: Empresa apresenta a DFC, no entanto, não classifica os juros pagos. Sem dados: Não consta a divulgação da DFC.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Por meio da Tabela 2, em relação à escolha contábil na classificação dos juros pagos como atividade de fluxo de caixa de atividade operacional ou financiamento, pode-se observar que durante os anos estudados (2010 a 2015), constatou-se o predomínio da escolha pelo fluxo de caixa como atividade operacional como recomenda fortemente o CPC 03 (R2) (CPC, 2010). Esse resultado vai ao encontro de Scherer et al. (2012) e Konraht et al. (2016) que observaram a dominância do procedimento da classificação dos juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

Destaca-se que no número de empresas que não evidenciaram a classificação dos juros pagos em suas DFCs eram relativamente superiores à classificação dos juros pagos como financiamento, durante os anos 2010 e 2011. Já no período de 2012 a 2014, tornaram-se mais

homogêneos. Somente em 2015 a escolha das empresas pela classificação dos juros pagos como atividade de financiamento apresentou maior representatividade contrastado com as empresas que não evidenciaram os juros pagos.

O número de empresas que não apresentou demonstrações contábeis para examinar a classificação dos juros pagos nas DFCs revela-se insignificante representativamente em relação ao tamanho da amostra. Além disso, destaca-se que ao longo dos anos houve redução no número de empresas que não evidenciaram e não apresentaram dados. Como o último ano da amostra é 2015, apresenta-se maior proporção no número de empresas neste ano.

Na sequência, a Tabela 3 apresenta a representatividade da escolha contábil na classificação dos juros pagos por empresas em seu respectivo subsetor.

Tabela 3 – Classificação dos Juros Pagos por Subsetor

Subsetor	Classificação	Ano											
		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Energia Elétrica	Operacional	26	43,33%	33	55,00%	37	61,67%	38	63,33%	37	61,67%	36	60,00%
	Financiamento	12	20,00%	14	23,33%	16	26,67%	17	28,33%	17	28,33%	18	30,00%
	Não evidencia	22	36,67%	13	21,67%	7	11,67%	5	8,33%	6	10,00%	6	10,00%
	Sem dados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	60	100,00%	60	100,00%	60	100,00%	60	100,00%	60	100,00%	60	100,00%
Transporte	Operacional	14	35,90%	14	35,90%	8	20,51%	9	23,08%	9	23,08%	7	17,95%
	Financiamento	9	23,08%	7	17,95%	15	38,46%	17	43,59%	18	46,15%	22	56,41%
	Não evidencia	11	28,21%	13	33,33%	12	30,77%	13	33,33%	12	30,77%	9	23,08%
	Sem dados	5	12,82%	5	12,82%	4	10,26%	-	-	-	-	1	2,56%
	Total	39	100,00%	39	100,00%	39	100,00%	39	100,00%	39	100,00%	39	100,00%
Construção e Engenharia	Operacional	5	31,25%	5	31,25%	4	25,00%	4	25,00%	4	25,00%	4	25,00%
	Financiamento	2	12,50%	3	18,75%	3	18,75%	3	18,75%	3	18,75%	3	18,75%
	Não evidencia	8	50,00%	7	43,75%	9	56,25%	9	56,25%	8	50,00%	8	50,00%
	Sem dados	1	6,25%	1	6,25%	-	-	-	-	1	6,25%	1	6,25%
	Total	16	100,00%	16	100,00%	16	100,00%	16	100,00%	16	100,00%	16	100,00%
Tecidos, Vestuário e Calçados	Operacional	10	43,48%	10	43,48%	10	43,48%	11	47,83%	12	52,17%	12	52,17%
	Financiamento	4	17,39%	4	17,39%	5	21,74%	5	21,74%	5	21,74%	5	21,74%
	Não evidencia	9	39,13%	9	39,13%	8	34,78%	7	30,43%	6	26,09%	6	26,09%
	Sem dados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	23	100,00%	23	100,00%	23	100,00%	23	100,00%	23	100,00%	23	100,00%
Comércio	Operacional	3	16,67%	4	22,22%	3	16,67%	3	16,67%	4	22,22%	4	22,22%
	Financiamento	5	27,78%	6	33,33%	7	38,89%	9	50,00%	9	50,00%	9	50,00%
	Não evidencia	9	50,00%	7	38,89%	7	38,89%	5	27,78%	5	27,78%	5	27,78%
	Sem dados	1	5,56%	1	5,56%	1	5,56%	1	5,56%	-	-	-	-
	Total	18	100,00%	18	100,00%	18	100,00%	18	100,00%	18	100,00%	18	100,00%
Construção Civil	Operacional	5	27,78%	5	27,78%	8	44,44%	10	55,56%	11	61,11%	12	66,67%
	Financiamento	3	16,67%	3	16,67%	2	11,11%	1	5,56%	1	5,56%	1	5,56%
	Não evidencia	9	50,00%	9	50,00%	8	44,44%	7	38,89%	6	33,33%	5	27,78%
	Sem dados	1	5,56%	1	5,56%	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	18	100,00%	18	100,00%	18	100,00%	18	100,00%	18	100,00%	18	100,00%
Alimentos Processados	Operacional	4	26,67%	4	26,67%	5	33,33%	4	26,67%	6	40,00%	7	46,67%
	Financiamento	1	6,67%	3	20,00%	3	20,00%	2	13,33%	2	13,33%	3	20,00%
	Não evidencia	7	46,67%	5	33,33%	5	33,33%	7	46,67%	6	40,00%	4	26,67%
	Sem dados	3	20,00%	3	20,00%	2	13,33%	2	13,33%	1	6,67%	1	6,67%
	Total	15	100,00%	15	100,00%	15	100,00%	15	100,00%	15	100,00%	15	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Com base na Tabela 3, verificou-se o domínio da escolha dos juros pagos como fluxo de caixa de atividade operacional. Em contrapartida, os subsetores de Transporte e Comércio apresentaram maior representatividade na escolha dos juros pagos como atividade de fluxo de caixa de financiamento. No subsetor de Transporte, inicialmente, predominava a escolha operacional, e a partir de 2012 observa-se a permuta da escolha para financiamento, representando em 2015 56,41% da escolha no subsetor. O subsetor de Comércio evidenciou permanentemente, durante o período analisado, a escolha contábil como fluxo de caixa de atividade de financiamento.

Os subsetores de Energia Elétrica, Construção Civil e Tecidos, Vestuários e Calçados apresentaram elevados percentuais na escolha da classificação como operacional, expressando no ano de 2015 um índice superior a 50% da totalidade de suas empresas. Destaca-se que o subsetor de Construção Civil registrou discrepância na classificação dos juros pagos, retratando a escolha operacional em 2015 em 66,67%, alternativamente, financiamento em 5,56%.

Observa-se que os subsetores de Construção e Engenharia mantiveram sua classificação inalterável durante o período de 2012 a 2015, retratando a escolha da classificação dos juros pagos a um índice de 25% em operacional e 18,75% em financiamento.

A Tabela 4 demonstra a classificação dos juros pagos relacionado ao tamanho das empresas da amostra, categorizadas em companhias de grande, médio e pequeno porte, conforme critério adotado e especificado na metodologia do estudo.

Tabela 4 – Classificação dos Juros Pagos por Tamanho

Tamanho	Classificação	Ano										Total			
		2010		2011		2012		2013		2014				2015	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Grande Porte	Operacional	16	35,56%	21	42,00%	27	50,00%	36	55,38%	40	57,14%	43	54,43%	183	50,41%
	Financiamento	10	22,22%	14	28,00%	16	29,63%	18	27,69%	19	27,14%	25	31,65%	102	28,10%
	Não evidencia	19	42,22%	15	30,00%	11	20,37%	11	16,92%	11	15,71%	11	13,92%	78	21,49%
	Sem dados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Empresas		45	100,00%	50	100,00%	54	100,00%	65	100,00%	70	100,00%	79	100,00%	363	100,00%
Médio Porte	Operacional	33	50,00%	39	60,00%	34	53,97%	32	52,46%	28	49,12%	25	49,02%	191	52,62%
	Financiamento	18	27,27%	16	24,62%	20	31,75%	21	34,43%	24	42,11%	24	47,06%	123	33,88%
	Não evidencia	15	22,73%	10	15,38%	9	14,29%	8	13,11%	5	8,77%	2	3,92%	49	13,50%
	Sem dados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total Empresas		66	100,00%	65	100,00%	63	100,00%	61	100,00%	57	100,00%	51	100,00%	363	100,00%
Pequeno Porte	Operacional	17	26,56%	15	23,81%	14	21,88%	11	18,64%	15	25,42%	14	25,45%	86	23,63%
	Financiamento	7	10,94%	10	15,87%	15	23,44%	15	25,42%	12	20,34%	12	21,82%	71	19,51%
	Não evidencia	40	62,50%	38	60,32%	35	54,69%	33	55,93%	32	54,24%	29	52,73%	207	56,87%
	Sem dados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total Empresas		64	100,00%	63	100,00%	64	100,00%	59	100,00%	59	100,00%	55	100,00%	364	100,00%
Sem dados	Operacional	1	7,14%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,27%
	Financiamento	1	7,14%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,27%
	Não evidencia	1	7,14%	-	-	1	12,50%	1	25,00%	1	33,33%	1	25,00%	5	11,36%
	Sem dados	11	78,57%	11	100,00%	7	87,50%	3	75,00%	2	66,67%	3	75,00%	37	84,09%
Total Empresas		14	100,00%	11	100,00%	8	100,00%	4	100,00%	3	100,00%	4	100,00%	44	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Conforme o ativo total das empresas, observou-se que quanto maior o porte em que se enquadra a empresa maior evidência da escolha contábil da classificação dos juros pagos como atividade operacional. Já as empresas de pequeno porte apresentam similaridade na escolha da classificação dos juros pagos como atividade operacional e de financiamento.

Através da Tabela 5 é demonstrada a classificação dos juros pagos por segmento de governança corporativa, qualificadas em Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, outros e quantidade de empresas sem dados.

Tabela 5– Classificação dos Juros Pagos por segmento de Governança Corporativa

Governança Corporativa	Classificação	Ano								Total					
		2010		2011		2012		2013				2014		2015	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nível 1	Operacional	5	55,56%	5	55,56%	6	66,67%	6	66,67%	6	66,67%	8	88,89%	36	66,67%
	Financiamento	2	22,22%	3	33,33%	3	33,33%	3	33,33%	3	33,33%	1	11,11%	15	27,78%
	Não evidencia	2	22,22%	1	11,11%	-	-	-	-	-	-	-	-	3	5,56%
	Sem dados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Empresas		9	100,00%	9	100,00%	9	100,00%	9	100,00%	9	100,00%	9	100,00%	54	100,00%
Nível 2	Operacional	5	50,00%	6	60,00%	6	60,00%	6	60,00%	6	60,00%	6	60,00%	35	58,33%
	Financiamento	3	30,00%	3	30,00%	3	30,00%	4	40,00%	4	40,00%	4	40,00%	21	35,00%
	Não evidencia	2	20,00%	1	10,00%	1	10,00%	-	-	-	-	-	-	4	6,67%
	Sem dados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Empresas		10	100,00%	10	100,00%	10	100,00%	10	100,00%	10	100,00%	10	100,00%	60	100,00%
Novo Mercado	Operacional	28	50,00%	28	50,00%	25	44,64%	29	51,79%	30	53,57%	30	53,57%	170	50,60%
	Financiamento	9	16,07%	9	16,07%	16	28,57%	16	28,57%	17	30,36%	18	32,14%	85	25,30%
	Não evidencia	16	28,57%	16	28,57%	13	23,21%	11	19,64%	9	16,07%	8	14,29%	73	21,73%
	Sem dados	3	5,36%	3	5,36%	2	-	-	-	-	-	-	-	8	2,38%
Total Empresas		56	100,00%	56	100,00%	56	96,43%	56	100,00%	56	100,00%	56	100,00%	336	100,00%
Outros níveis de Governança Corporativa	Operacional	2	9,52%	4	19,05%	5	23,81%	6	28,57%	8	38,10%	8	38,10%	33	26,19%
	Financiamento	4	19,05%	3	14,29%	3	14,29%	3	14,29%	4	19,05%	6	28,57%	23	18,25%
	Não evidencia	10	47,62%	9	42,86%	10	47,62%	9	42,86%	8	38,10%	6	28,57%	52	41,27%
	Sem dados	5	23,81%	5	23,81%	3	14,29%	3	14,29%	1	4,76%	1	4,76%	18	14,29%
Total Empresas		21	100,00%	21	100,00%	21	100,00%	21	100,00%	21	100,00%	21	100,00%	126	100,00%
Sem nível de Governança Corporativa	Operacional	27	29,03%	32	34,41%	33	35,48%	32	34,41%	33	35,48%	30	32,26%	187	33,51%
	Financiamento	18	19,35%	19	20,43%	26	27,96%	28	30,11%	27	29,03%	32	34,41%	150	26,88%
	Não evidencia	45	48,39%	39	41,94%	32	34,41%	33	35,48%	32	34,41%	29	31,18%	210	37,63%
	Sem dados	3	3,23%	3	3,23%	2	2,15%	-	-	1	1,08%	2	2,15%	11	1,97%
Total Empresas		93	100,00%	93	100,00%	93	100,00%	93	100,00%	93	100,00%	93	100,00%	558	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Por meio da Tabela 5, nota-se que a escolha da classificação dos juros pagos como atividade operacional destaca-se nos níveis diferenciados de governança corporativa (Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2), expressando escolha acima da média na totalidade nos anos. Repara-se o elevado número de empresas que não pertencem a um nível de governança corporativa.

A Tabela 6 apresenta a escolha dos juros pagos em relação à empresa de auditoria, designadas como *big four* e outras para as demais empresas de auditoria não pertencentes ao grupo *big four*.

Tabela 6– Classificação dos Juros Pagos em relação à Auditoria

Auditoria	Classificação	Ano										Total			
		2010		2011		2012		2013		2014				2015	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
EY	Operacional	7	15,22%	15	30,00%	14	35,00%	15	45,45%	15	51,72%	25	62,50%	91	38,24%
	Financiamento	12	26,09%	15	30,00%	15	37,50%	15	45,45%	13	44,83%	13	32,50%	83	34,87%
	Não evidencia	27	58,70%	20	40,00%	11	27,50%	3	9,09%	1	3,45%	2	5,00%	64	26,89%
	Sem dados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Empresas		46	100,00%	50	100,00%	40	100,00%	33	100,00%	29	100,00%	40	100,00%	238	100,00%
KPMG	Operacional	17	42,50%	22	46,81%	12	57,14%	14	66,67%	14	58,33%	12	44,44%	91	50,56%
	Financiamento	12	30,00%	13	27,66%	5	23,81%	4	19,05%	6	25,00%	10	37,04%	50	27,78%
	Não evidencia	11	27,50%	12	25,53%	4	19,05%	3	14,29%	4	16,67%	5	18,52%	39	21,67%
	Sem dados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Empresas		40	100,00%	47	100,00%	21	100,00%	21	100,00%	24	100,00%	27	100,00%	180	100,00%
PWC	Operacional	12	66,67%	12	60,00%	17	54,84%	20	47,62%	18	45,00%	8	34,78%	87	50,00%
	Financiamento	3	16,67%	3	15,00%	5	16,13%	11	26,19%	11	27,50%	10	43,48%	43	24,71%
	Não evidencia	3	16,67%	5	25,00%	9	29,03%	11	26,19%	11	27,50%	5	21,74%	44	25,29%
	Sem dados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Empresas		18	100,00%	20	100,00%	31	100,00%	42	100,00%	40	100,00%	23	100,00%	174	100,00%
DELOITTE	Operacional	22	78,57%	21	80,77%	25	55,56%	25	60,98%	29	60,42%	28	56,00%	150	63,03%
	Financiamento	4	14,29%	2	7,69%	15	33,33%	11	26,83%	15	31,25%	18	36,00%	65	27,31%
	Não evidencia	2	7,14%	3	11,54%	5	11,11%	5	12,20%	4	8,33%	4	8,00%	23	9,66%
	Sem dados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Empresas		28	100,00%	26	100,00%	45	100,00%	41	100,00%	48	100,00%	50	100,00%	238	100,00%
Outras	Operacional	9	20,00%	4	11,76%	7	15,91%	5	10,42%	7	15,56%	9	20,45%	41	15,77%
	Financiamento	5	11,11%	7	20,59%	11	25,00%	13	27,08%	10	22,22%	10	22,73%	56	21,54%
	Não evidencia	31	68,89%	23	67,65%	26	59,09%	30	62,50%	28	62,22%	25	56,82%	163	62,69%
	Sem dados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	
Total Empresas		45	100,00%	34	100,00%	44	100,00%	48	100,00%	45	100,00%	44	100,00%	260	100,00%
Sem dados	Operacional	-	-	1	8,33%	-	-	1	25,00%	-	-	-	-	2	4,55%
	Financiamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Não evidencia	-	-	-	-	1	12,50%	-	-	1	33,33%	2	40,00%	4	9,09%
	Sem dados	12	100,00%	11	91,67%	7	87,50%	3	75,00%	2	66,67%	3	60,00%	38	86,36%
Total Empresas		12	100,00%	12	100,00%	8	100,00%	4	100,00%	3	100,00%	5	100,00%	44	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

A Tabela 6 indica que empresas auditadas pelo grupo *big four* optam pela classificação dos juros pagos como atividade operacional, no entanto, observa-se que a EY evidenciava equiparadamente a classificação dos juros pagos como atividade operacional e financiamento. Empresas de auditoria não pertencentes a este grupo expressaram representatividade irrelevante na classificação dos juros pagos, manifestando elevado índice de não evidenciação dos juros pagos na DFC.

Em empresas auditadas por não *big four*, houve mais classificação em financiamento do que operacional entre 2011 a 2015, o que contraria os resultados inerentes às auditadas pelo grupo *big four*.

A Tabela 7 mostra a escolha dos juros pagos em relação à rentabilidade das empresas, classificadas com alta, média e baixa rentabilidade.

Tabela 7 – Classificação dos Juros Pagos em relação à Rentabilidade

Rentabilidade do Ativo	Classificação	Ano										Total			
		2010		2011		2012		2013		2014				2015	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Alta	Operacional	30	41,10%	37	50,00%	31	45,59%	24	42,11%	24	44,44%	15	40,54%	161	44,35%
	Financiamento	15	20,55%	16	21,62%	20	29,41%	20	35,09%	20	37,04%	18	48,65%	109	30,03%
	Não evidência	28	38,36%	21	28,38%	17	25,00%	13	22,81%	10	18,52%	4	10,81%	93	25,62%
	Sem dados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Empresas		73	100,00%	74	100,00%	68	100,00%	57	100,00%	54	100,00%	37	100,00%	363	100,00%
Média	Operacional	22	37,29%	24	44,44%	26	50,00%	32	48,48%	32	50,79%	37	53,62%	173	47,66%
	Financiamento	14	23,73%	12	22,22%	13	25,00%	15	22,73%	18	28,57%	21	30,43%	93	25,62%
	Não evidência	23	38,98%	18	33,33%	13	25,00%	19	28,79%	13	20,63%	11	15,94%	97	26,72%
	Sem dados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total Empresas		59	100,00%	54	100,00%	52	100,00%	66	100,00%	63	100,00%	69	100,00%	363	100,00%
Baixa	Operacional	14	32,56%	14	28,00%	18	29,51%	23	37,10%	27	39,13%	30	37,97%	126	34,62%
	Financiamento	6	13,95%	12	24,00%	18	29,51%	19	30,65%	17	24,64%	22	27,85%	94	25,82%
	Não evidência	23	53,49%	24	48,00%	25	40,98%	20	32,26%	25	36,23%	27	34,18%	144	39,56%
	Sem dados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total Empresas		43	100,00%	50	100,00%	61	100,00%	62	100,00%	69	100,00%	79	100,00%	364	100,00%
Sem dados	Operacional	1	7,14%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,27%
	Financiamento	1	7,14%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,27%
	Não evidência	-	-	-	-	1	12,50%	1	25,00%	1	33,33%	1	25,00%	4	9,09%
	Sem dados	12	85,71%	11	100,00%	7	87,50%	3	75,00%	2	66,67%	3	75,00%	38	86,36%
Total Empresas		14	100,00%	11	100,00%	8	100,00%	4	100,00%	3	100,00%	4	100,00%	44	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

A rentabilidade do ativo, apresentada na Tabela 7, revela a propensão da classificação dos juros pagos como atividade operacional. Também, repara-se que a categorização de rentabilidade alta contém diversas companhias que classificam os juros pagos como atividade de financiamento, alcançando em 2015 o percentual de 48,65% de empresas que adotaram essa classificação.

A Tabela 8 indica a escolha dos juros pagos em relação ao endividamento das companhias, classificadas em tercil com alto, médio e baixo endividamento.

Tabela 8 – Classificação dos Juros Pagos em relação ao Endividamento

Endividamento	Classificação	Ano										Total			
		2010		2011		2012		2013		2014				2015	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Alto	Operacional	10	23,26%	14	29,79%	18	29,03%	20	29,85%	24	34,29%	26	35,14%	112	30,85%
	Financiamento	7	16,28%	13	27,66%	21	33,87%	24	35,82%	24	34,29%	25	33,78%	114	31,40%
	Não evidencia	26	60,47%	20	42,55%	23	37,10%	23	34,33%	22	31,43%	23	31,08%	137	37,74%
	Sem dados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Empresas		43	100,00%	47	100,00%	62	100,00%	67	100,00%	70	100,00%	74	100,00%	363	100,00%
Médio	Operacional	26	42,62%	30	44,78%	28	45,16%	31	54,39%	31	54,39%	30	50,85%	176	48,48%
	Financiamento	14	22,95%	17	25,37%	18	29,03%	12	21,05%	14	24,56%	21	35,59%	96	26,45%
	Não evidencia	21	34,43%	20	29,85%	16	25,81%	14	24,56%	12	21,05%	8	13,56%	91	25,07%
	Sem dados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Empresas		61	100,00%	67	100,00%	62	100,00%	57	100,00%	57	100,00%	59	100,00%	363	100,00%
Baixo	Operacional	30	42,25%	31	48,44%	29	50,88%	28	45,90%	28	47,46%	26	50,00%	172	47,25%
	Financiamento	14	19,72%	10	15,63%	12	21,05%	18	29,51%	17	28,81%	15	28,85%	86	23,63%
	Não evidencia	27	38,03%	23	35,94%	16	28,07%	15	24,59%	14	23,73%	11	21,15%	106	29,12%
	Sem dados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Empresas		71	100,00%	64	100,00%	57	100,00%	61	100,00%	59	100,00%	52	100,00%	364	100,00%
Sem dados	Operacional	1	7,14%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,27%
	Financiamento	1	7,14%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,27%
	Não evidencia	1	7,14%	-	-	1	12,50%	1	25,00%	1	33,33%	1	25,00%	5	11,36%
	Sem dados	11	78,57%	11	100,00%	7	87,50%	3	75,00%	2	66,67%	3	75,00%	37	84,09%
Total Empresas		14	100,00%	11	100,00%	8	100,00%	4	100,00%	3	100,00%	4	100,00%	44	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

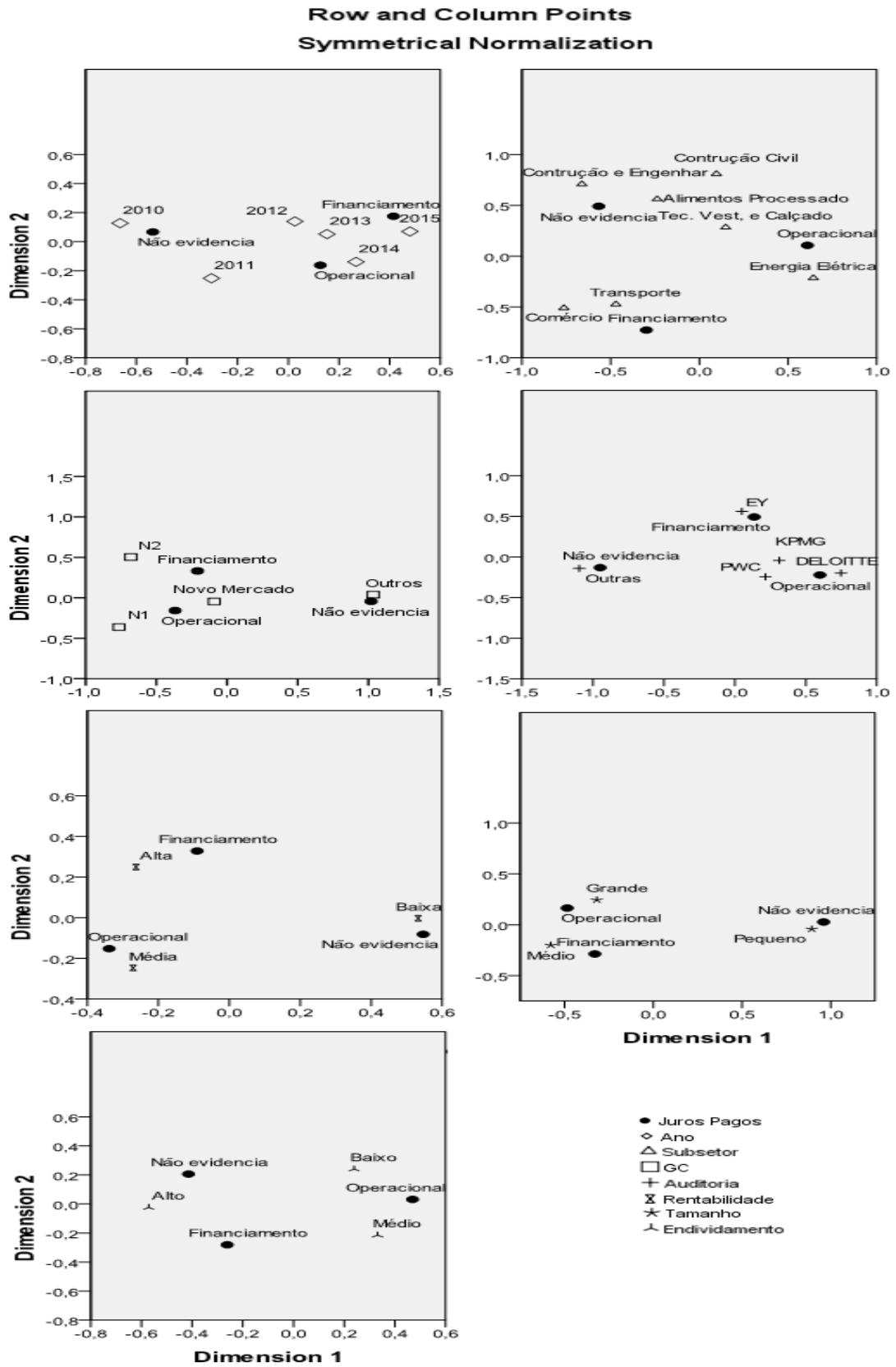
A partir da Tabela 8, verifica-se a inclinação pela escolha da classificação dos juros pagos como operacional, conforme as faixas de endividamento das entidades. Observa-se, no entanto, que a escolha contábil pela classificação do fluxo de caixa como financiamento apresenta, proporção significativa quando enquadrada em alto grau de endividamento.

4.2 ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA (ANACOR)

Pelo exposto, verifica-se que a escolha mais evidenciada pelas empresas da amostra implicou na classificação dos juros pagos em atividade operacional. A escolha da classificação possibilita as análises propostas nesse estudo, principalmente na quantidade de variáveis observadas, tangente às características empresariais. Portanto, foram investigadas as características empresarias que podem revelar possíveis associações na escolha da classificação dos juros pagos.

Para averiguar se existe associação entre a escolha da classificação dos juros pagos e as características empresarias utilizou-se a Análise de Correspondência (ANACOR), individualmente, em todas variáveis apresentadas no Quadro 2. A Figura 3 apresenta os mapas percentuais gerados pela ANACOR.

Figura 3 – Associação entre escolha contábil dos juros pagos e características das empresas



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Analisando as associações entre a escolha contábil da classificação dos juros pagos e as características empresarias demonstradas através do mapeamento na Figura 3, pode-se verificar que:

- (i) ao decorrer dos anos analisados a classificação dos juros pagos tornou-se frequente, resultante da obrigatoriedade da publicação da DFC, juntamente, sucedendo a recomendações do CPC 03 (R2), além de aumento de classificações como atividade de financiamento no ano de 2015;
- (ii) os subsetores de Energia Elétrica; Construção e Engenharia; Tecidos, Vestuário e Calçados; Construção Civil; e, Alimentos Processados tendem a se associar com a escolha operacional, enquanto os subsetores de Transporte; e, Comércio tendem à associação com a escolha de financiamento;
- (iii) as grandes empresas de auditoria (*big four*), apresentam distintas associações. No entanto, verifica-se que a EY se inclina a classificação dos juros pagos como fluxo de caixa de financiamento, enquanto que a KPMG, PWC e Deloitte com a escolha operacional.
- (iv) em relação à governança corporativa, as empresas classificadas no Nível 1 estão associadas à classificação dos juros pagos como operacional, enquanto as empresas classificadas no Nível 2 estão associadas a classificação por financiamento. Já as empresas classificadas no Novo Mercado não identificaram associações relevantes com a escolha da classificação dos juros pagos;
- (v) as empresas com alta rentabilidade do ativo estão associadas aos juros pagos como financiamento, empresas com média rentabilidade estão associadas com a escolha operacional, as empresas com baixa rentabilidade não evidenciam periodicamente os juros pagos na DFC;
- (vi) empresas de grande porte estão associadas a classificação operacional, enquanto as empresas de médio porte estão associadas a escolha por financiamento, as empresas de baixo porte estão relacionadas a não evidenciação dos juros pagos;e
- (vii) em relação ao endividamento, empresas de médio e baixo endividamento estão associadas à classificação dos juros pagos como operacional, enquanto empresas de alto endividamento têm associação com a classificação por financiamento e a não evidenciação dos juros pagos.

5 CONCLUSÕES

O CPC 03 (R2) proporciona a escolha da classificação dos juros pagos como fluxo de caixa operacional ou de financiamento, de modo que a empresa possa selecionar a forma mais apropriada, em decorrência de seus negócios, para apresentar a informação aos usuários. Além disso, supõe-se que algumas variáveis poderiam influenciar na escolha contábil da empresa, como por exemplo, porte, rentabilidade, endividamento, setor de atuação, nível de governança e empresa de auditoria.

Assim, esse estudo teve como objetivo geral verificar as associações entre a escolha contábil na classificação dos juros pagos na DFC e as características das empresas listadas na BM&FBOVESPA nos anos de 2010 a 2015.

A amostra constitui-se pelas empresas dos subsetores de Energia Elétrica (60 empresas), Transporte (39), Tecidos, Vestuário e Calçados (23), Comércio (18), Construção Civil (18), Construção e Engenharia (16) e Alimentos Processador (15), totalizando 189 empresas.

Observou-se o predomínio da escolha contábil na classificação dos juros pagos em fluxo de caixa como atividade operacional, como recomenda o CPC 03 (R2). Em contrapartida, destaca-se que os subsetores de Transporte e Comércio apresentam maior representatividade na escolha dos juros pagos como atividade de fluxo de caixa de financiamento. Esses resultados, em conjunto, relevam que embora o CPC 03 (R2) recomende que os juros pagos sejam classificados como fluxo de caixa operacional, as empresas utilizam seus discernimentos para a escolha da classificação dos juros pagos.

Destaca-se que ao decorrer dos anos analisados a publicação da DFC, juntamente, com a classificação dos juros pagos tornou-se frequente, resultante da obrigatoriedade da publicação pela Lei n.º 11.638/2007, e seguidamente, contemplando a recomendações do CPC 03 (R2).

Com relação ao ativo total, observou-se que quanto maior o porte em que se enquadra a empresa maior evidência da escolha contábil da classificação dos juros pagos como atividade operacional.

As empresas auditadas pelo grupo *big four* associam-se na classificação dos juros pagos como atividade operacional. Todavia, as empresas auditadas pela EY tendem a evidenciar os juros pagos como fluxo de caixa das atividades de financiamento, quando contrastada com as demais *big four*.

A partir da ANACOR, constatou-se as variáveis representativas das características empresarias, como, rentabilidade, tamanho e endividamento, apresentaram associações relevantes em relação à escolha contábil da classificação dos juros pagos. Menciona-se que todas as variáveis apresentaram alguma associação na dimensão da classificação dos juros pagos. A escolha dos juros pagos como atividade operacional manifesta-se em empresas de média e baixa rentabilidade, grande porte e médio e baixo endividamento, enquanto a classificação dos juros pagos como financiamento é perceptível em empresas que apresentam alta rentabilidade, médio porte e alto endividamento.

Para futuros trabalhos recomenda-se a verificação do comportamento na escolha contábil da classificação dos juros pagos como operacional ou financiamento em empresas pertencentes listadas em outros mercados mobiliários, como a Bolsa de Valores de New York (NYSE), considerando a obrigatoriedade da DFC desde 1988 nos Estados Unidos. Propõe-se verificar o comportamento das empresas que negociam ações na BM&FBovespa e que estão listadas, simultaneamente, na NYSE.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M; BRAGA, H. R. **Mudanças Contábeis na Lei Societária: Lei 11.638/2007 de 28/12/2007**. São Paulo: Atlas, 2008.

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo. **Demonstrações Financeiras Padronizadas. 2016**. Recuperado agosto, 2016, de <<http://www.bmfbovespa.com.br>>

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)- Demonstração dos Fluxos de Caixa**. 2010. Recuperado em agosto, 2016, de <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>>

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: ed. Campus Elsevier, 2009.

FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VINCENT L. **Empirical research on accounting choice**. Journal of Accounting & Economics, v. 31, p. 255-307, 2001.

GIBBS, G. R. **Análise de dados qualitativos: Coleção Pesquisa Qualitativa**, ArtMed. Atlas, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6. ed., Atlas, 2008.

GOES, S. M. L. A., SALOTTI, M. Divulgação dos recebimentos e pagamentos de juros e Dividendos na demonstração dos fluxos de caixa de Instituições financeiras no Brasil. In: VIII CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 2011, São Paulo - SP. **Anais...** São Paulo, FEA/USP, 2011

GRAY, D. E. **Pesquisa no Mundo Real: Série Métodos de Pesquisa**, 2. ed. Bookman, 2014.

GRIFFIN, M. P. **Contabilidade e finanças: Série Fundamentos**. São Paulo: Saraiva, 2012.

IFRS Brasil. **Vantagens e desvantagens dos métodos direto e indireto para a confecção da Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7)**. 2012. Recuperado em novembro, 2016, de <<http://ifrsbrasil.com/demonstracoes-contabeis/apresentacao/vantagens-e-desvantagens-dos-metodos-direto-e-indireto-para-a-confeccao-da-demonstracao-dos-fluxos-de-caixa-ias-7>>.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. **Manual de contabilidade das sociedades por ações (Aplicável às demais sociedades)**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KIESO, D. E., WEYGANDT, J. J., e, WARFIELD, T. D. (2015). **Intermediate accounting: IFRS edition**. John Wiley & Sons.

KONRAHT, J. K.; CAMPAGNONI, M.; ROVER, S.; FERREIRA, L. F. (2016). Classificações Contábeis na Demonstração dos Fluxos de Caixa à luz das Normas Internacionais de Contabilidade: Evidências em companhias abertas brasileiras. In: CONGRESSO ANPCONT, 2016, Ribeirão Preto – SP, **Anais...** Ribeirão Preto, 2016.

LAGIOIA, U. C. T. **Pronunciamentos contábeis na prática (V. 2)**, 2. ed. Atlas, 2013.

LEI Nº 11.638, de dezembro de 2007. Recuperado agosto, 2016, de
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>

LOESCH, C. **Probabilidade e Estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A.; e, IUDÍCIBUS, S. **Manual de Contabilidade Societária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PADOVEZE, C. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS**. 2. ed. Lisboa: Edições Silabo, 2000.

PINTO, A. F.; NUNES, F. M.; COSTA, P. S.; LEMES, S. Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Evidenciação da Demonstração dos Fluxos de Caixa. VI Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, VI Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade, e IX Congresso Ibero americano de Contabilidad e Gestión, Florianópolis – SC. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2015.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade intermediária**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres... (et al.). 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1999.

SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO, M. M. Divulgação voluntária da Demonstração dos fluxos de Caixa no mercado de capitais brasileiro. **Revista Contabilidade & Finanças**, 2008.

SANTOS, C. **Guia prático para elaboração do demonstrativo dos fluxos de caixa, DFC: conforme padrões de contabilidade: americano, internacional e brasileiro**. 2. ed., rev e atual. Curitiba: Juruá, 2005.

SANTOS, C. **Guia Prático para Elaboração do Demonstrativo dos Fluxos de Caixa conforme padrões de contabilidade: americano, internacional e brasileiro**. 2. ed., rev e atual. com referência à Lei 11.638/07. Curitiba: Juruá, 2011.

SCHERER, L. M.; TEODORO, J. D.; KOS, S. R.; ANJOS, R. P. Demonstração dos Fluxos de Caixa: análise de diferenças de procedimentos de divulgação entre empresas listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Frankfurt, Milão e Londres. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, 2012.

SILVA, D. M.; MARTINS, V. A.; LIMA, F. G. Escolhas Contábeis na Evidenciação da Demonstração dos Fluxos de Caixa. XXXVIII Encontro da ANPAD -EnANPAD, 2014, Rio de Janeiro – RJ. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

SILVA, E. C. **Como Administrar o Fluxo de Caixa das Empresas:** Guia de Sobrevivência Empresarial. 8. ed. Atlas, 2014.

SOUZA, K. G.; MACHADO, T. R. B.; COSTA, P. S.; **Reclassificar ou Não Reclassificar? Eis a questão! O caso da Azul Linhas Aéreas.** XV Congresso USP Controladoria e Contabilidade 2015, São Paulo, Julho de 2015

WICKERT, I. M. B. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3. ed. Atlas, 2006.

YAMAMOTO, M. M.; SALOTTI, B. M. **Informação contábil:** estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais. São Paulo: Atlas, 2006.